

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15686378>



DISCUTINDO IDENTIDADE, ESPAÇO E MEMÓRIA EM GISBERTA SALCE JÚNIOR A PARTIR DA CANÇÃO BALADA DE GISBERTA

*Igor Emanuel Nunes Farias Pinheiro*¹

*Luana Kerly Alves Coelho*²

*Cristiane Navarrete Tolomei*³

*Izabela de Oliveira Trajano*⁴

*Vanessa Durans Silva*⁵

Resumo

Este estudo propõe uma análise musical, pontuando como a arte pode atuar como dispositivos políticos de preservação da memória e denúncia de violências estruturais que afetam corpos dissidentes, em especial pessoas trans/travestis e que vivenciam a transgeneridade. Ao se discutir elementos como identidade, espaço e memória, a canção evoca a figura representativa e a experiência subjetiva de Gisberta, travesti brasileira, imigrante, que fazia trabalho sexual, vivia com HIV/AIDS e viveu em situação de sem-abrigo na cidade do Porto-Portugal, denuncia um corpo cruzado por desigualdades sociais e percebido, embora num cenário de marginalidade, invisibilidade e violência, em determinado espaço urbano. O objetivo deste estudo é examinar como a identidade, a memória e o espaço são discursivamente mobilizados na canção Balada de Gisberta, ressignificando a trajetória de Gisberta Salce enquanto figura dissidente e símbolo de resistência. Quanto à metodologia, a pesquisa apresenta um estudo empírico, de natureza descritiva e correlacional, adotando o método teórico-dedutivo, com procedimento de revisão bibliográfica para o levantamento de dados e para a análise e interpretação de dados foi utilizado a análise de discurso crítica de Fairclough e van Dijk. Os resultados indicam que a concepção de identidade, o espaço real e metafórico e a memória criada a partir e pela figura de Gisberta evidenciam outras perspectivas sobre as múltiplas experiências que um corpo desobediente pode viver, considerando para isso, a forma como a dissidência de gênero afeta a relação com o mundo e a história. Por fim, destaca-se que as reflexões contidas nesta pesquisa expõem um intrincado processo de produção de sexo-gênero que acompanhará a personagem até a sua morte, a partir da incorporação dos conceitos de identidade, espaço e memória.

Palavras-chave: Balada de Gisberta; Espaço; Identidade; Memória.

Abstract

This study proposes a musical analysis, highlighting how art can function as a political device for the preservation of memory and the denunciation of structural violence that affects dissident bodies, especially trans and travesti individuals and those who experience transgender identities. By discussing elements such as identity, space, and memory, the song evokes the representative figure and subjective experience of Gisberta—a Brazilian travesti, immigrant, sex worker, who lived with HIV/AIDS and experienced homelessness in the city of Porto, Portugal—denouncing a body marked by social inequalities and perceived, though within a context of marginalization, invisibility, and violence, in a specific urban space. The objective of this study is to examine how identity, memory, and space are discursively mobilized in the song Balada de Gisberta, re-signifying the trajectory of Gisberta Salce as a dissident figure and symbol of resistance. Regarding methodology, the research presents an empirical study of a descriptive and correlational nature, adopting the theoretical-deductive method, with bibliographic review as the data collection procedure. For data analysis and interpretation, the study employs critical discourse analysis (CDA) based on the approaches of Fairclough and van Dijk. The results indicate that the conceptions of identity, both real and metaphorical space, and the memory constructed from and through the figure of Gisberta reveal alternative perspectives on the multiple experiences a disobedient body may live, especially considering how gender dissidence shapes one's relationship with the world and with history. Finally, the reflections presented in this research expose an intricate process of sex-gender production that accompanies the character until her death, through the incorporation of the concepts of identity, space, and memory.

Keywords: Balada de Gisberta; Identity; Memory; Space.

¹ Mestrando em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: igor.farias@discente.ufma.br

² Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: luana.kerly@discente.ufma.br

³ Docente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Letras. E-mail: cristianetolomei@unifesp.br

⁴ Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: izabela.trajano@discente.ufma.br

⁵ Mestranda em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: profavanessaduranssilva@gmail.com



INTRODUÇÃO

A canção *Balada de Gisberta* foi escrita pelo cantor e compositor português Pedro Abrunhosa, lançada em 2007 no álbum *Luz*. A música ganhou notoriedade com a interpretação de Maria Bethânia (2010). A canção tem como figura principal Gisberta Salce Júnior, travesti, artista performista brasileira, imigrante, toxicodependente e soropositiva, que se tornou símbolo de resistência após ser brutalmente assassinada na cidade de Porto-Portugal. No contexto da resistência, Gisberta enfrentou um ódio desproporcional por desafiar a matriz binária cisheteronormativa. Sua trajetória reflete processos de marginalização e exclusão social, evidenciando a violência estrutural que atingiu sua existência, assim como de tantos outros corpos trans e travestis.

Neste sentido, priorizamos, neste estudo, a compreensão das manifestações artísticas, especialmente na música, pontuando como a arte pode atuar como dispositivos políticos de preservação da memória e denúncia de violências estruturais que afetam corpos dissidentes, em especial pessoas trans e travestis. Ao colocar em diálogo elementos como identidade, espaço e memória, a canção evoca experiências subjetivas atravessadas por processos de exclusão e resistência. Gisberta Salce, enquanto sujeita histórica, emerge na letra da música como figura paradigmática de uma existência negada, mas politicamente resgatada.

O problema que orienta esta pesquisa consiste em investigar: como a canção *Balada de Gisberta* ressignifica a identidade e a memória de Gisberta Salce no contexto de corpos dissidentes e marginalizados? A partir desse questionamento as discussões aqui pautadas têm o objetivo de examinar como a identidade de Gisberta é construída discursivamente na letra da canção, desafiando uma ordem social de sexo-gênero, a partir das concepções de construção de identidade, atravessadas pela memória e pelos espaços concedidos à margem social.

Para fundamentar esta análise, adota-se um referencial teórico que permite desvelar como as estruturas de poder moldam as relações de poder e a produção dos espaços a partir de normas regulatórias de sexo-gênero. Parte-se da compreensão de que há uma divisão social entre aqueles que têm direito de existir e projetar suas subjetividades e aqueles que são relegados à invisibilidade e à exclusão e apagados radicais.

Metodologicamente, a pesquisa adota o método teórico-dedutivo, partindo de premissas gerais para a formulação de conclusões específicas, articulando teoria e realidade. A investigação baseia-se em uma análise conceitual e argumentativa, buscando fundamentação lógica por meio de teorias já consolidadas. O procedimento de levantamento de dados consiste em uma revisão bibliográfica, com a seleção e exame crítico de obras acadêmicas, artigos científicos, livros e outros documentos relevantes



que abordam diretamente as temáticas identidade, espaço e memória e de sexo-gênero, permitindo uma compreensão mais aprofundada do referencial teórico e uma reflexão consistente sobre o problema proposto.

O procedimento de análise e interpretação de dados baseia-se na Análise de Discurso Crítica (ADC), que busca revelar relações de poder, ideologia e exclusão presentes na linguagem. Na canção *Balada de Gisberta*, esse método permite identificar como o discurso artístico denuncia a marginalização e violência contra pessoas trans/travestis e que vivenciam a transgeneridade. A ADC, assim, evidencia os sentidos sociais e políticos mobilizados pela letra e sua performance.

Este texto está dividido em cinco seções e subseções. Após esta introdução, a segunda seção apresenta o referencial teórico, com ênfase nos conceitos de memória, identidade e espaço, a partir de autores clássicos e contemporâneos com reconhecimento na literatura internacional. A terceira seção detalha os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção traz a análise e discussão da letra da canção, articulando-a com a trajetória de Gisberta e os debates teóricos. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os resultados da pesquisa, apontando suas limitações e sugerindo caminhos para investigações futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise da canção *Balada de Gisberta* como dispositivo discursivo exige uma fundamentação teórica capaz de articular três dimensões centrais: identidade, espaço e memória. Estas categorias, ao serem mobilizadas e discutidas no contexto da narrativa de uma travesti em situação de diáspora, remetem a debates consolidados e em constante atualização nas ciências humanas, sociais e de gênero.

Identidade de gênero como construção social

A construção e reconstrução da identidade de Gisberta Salce neste estudo está ancorada em uma perspectiva pós-estruturalista, que questiona a ideia de uma estrutura fixa e estável na sociedade e na linguagem, explorando a instabilidade, a multiplicidade de significados e a desconstrução de conceitos tradicionais (BUTLER, 2024). A identidade será alocada com o objetivo de oferecer uma análise mais complexa sobre a existência de Salce enquanto sujeita pertencente a um grupo historicamente invisibilizado por enredos históricos (RESADORI, 2021).

De modo relevante para a compreensão da identidade de Gisberta e da sua diferença dentro de uma ordem social vigente, tomamos os próprios conceitos de identidade e de diferença como sistemas de



significação produzidos pelo discurso, e não mais como dados da ordem social previamente existentes, possibilitando uma série de questionamentos e novas compreensões sobre temas como marginalização, relações de poder, identidade gênero, corpo, e nacionalidade, especialmente relevantes para a natureza subjetiva (PETERS, 2000).

Em *Undoing Gender* (2004), *Bodies that matter. On the discursive limites of 'sex'* (2011) e *Who's Afraid of Gender?* (2024), Judith Butler, propõe que a realidade do gênero e da sexualidade não é, afinal de contas, natural e biológica, mas linguística e social. Materializa-se no universo das construções simbólicas, das fabricações significantes sobre enredados enquanto seres humanos. Assim, tais ditos devem ser entendidos como performativos no sentido de que, em vez de simplesmente designarem o que a realidade é, produzem essa mesma realidade pela injunção de que assim seja (BUTLER, 2024; 2011; 2004). O gênero não é uma mera decorrência direta e sem desvios de enunciados discursivos. Se marcadores importantes, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, se produzem em momentos precoces da vida, desde as socializações mais iniciais, como o nascimento, não é menos verdade que seu curso posterior se encarrega de colocá-los à prova e imbricar novos movimentos e significações (BUTLER, 2024).

Abre-se um caminho para se discutir de que o gênero não está diretamente conjugado com uma análise do corpo humano (genitália masculina para caracterização do sujeito homem e genitália feminina para caracterização da sujeita mulher), mas sim com uma realidade social, onde se abstrai fatores culturais para construção de sua identidade de gênero. Para Butler (2003, p.26), a distinção entre sexo e gênero se estabelece na ideia de que, por mais que o sexo supostamente pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, de modo conseqüente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco aparentemente fixo como o sexo (LENTS, 2025).

Complementando essa abordagem, Paul B. Preciado em *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia* (2018), ao narrar o seu próprio processo de reconstrução de gênero, o clarividência que não se encaixa e não quer se encaixar em nenhum dos modelos estabelecidos pela sociedade e convoca seus leitores a não se encaixarem também, estabelecendo, assim, um interessante paralelo entre sua situação (e das pessoas trans/travestis e *queer* de uma forma geral) e o processo de reconstrução identitária (PRECIADO, 2018).

Em *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, Bauman (2005) relata a experiência pessoal de ruptura e mudança entre sociedades a fim de exemplificar o processo identitário moderno. Para o autor, a questão da identidade surge a partir do conflito entre indivíduo e comunidade, abrindo a possibilidade ao indivíduo de identificação com outras comunidades, não obstante a mobilidade comunitária não instaure uma reconfiguração identitária plena, o que dificulta autoafirmação permanente, uma vez que para o autor



a identidade não é determinada no nascimento, mas moldada pelas interações sociais e pelos contextos nos quais o indivíduo está inserido, e que se caracterizam não pela estabilidade, mas por processos contínuos de transformação e rearticulação (HALL, 2005).

Essas formulações de Butler (2004; 2011; 2024), Preciado (2018) e Bauman (2005), dialogam com a proposta de Stuart Hall (1996), que entende a identidade como uma construção histórica, relacional e marcada pela diferença. Em vez de ser uma naturalidade, a identidade é um posicionamento discursivo em constante transformação, onde as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram a ordem social, estão em inclinação, fazendo emergir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito universal (HALL, 1996).

As contribuições acima elencadas no trato da matéria identidade nos ajudam a entender a conjectura e complexidade na construção identitária de Gisberta e sua relação com o mundo exterior. A respeito do juízo discursivo no que tange à canção, nossos ouvidos alcançam uma tipificação inicial: a revelação da sua identidade como um intrincado processo de produção de gênero, que será relançado diversas vezes ao longo da canção, mas que nunca vai ser concluído, nem mesmo com sua morte (BUTLER, 2024). O gênero foi compulsoriamente inscrito no corpo de Gisberta assim que ela nasceu e, antes mesmo do seu nascimento, através de um conjunto de expectativas e pressuposições de comportamentos, gostos e subjetividades (CARVALHO *et al.*, 2024). É quando o seu corpo foi maculado pela cultura (BENTO, 2006). De modo que, na aparentemente simples expressão "é um menino", não se está só inscrevendo o gênero, mas fabricando o corpo masculino no campo social (BUTLER, 2024).

É assim que se nomeou a cisheteronormatividade para Gisberta: um regime político- discursivo historicamente situado, através do qual o seu corpo se engendra conforme normas que se estabelecem em gêneros e identidades binárias – como masculino/heterossexual, dentre outras oposições e segundo as quais o seu suposto gênero masculino foi universalizado e hierarquizado como superior, enquanto a orientação heterossexual construída como modelo para as relações afetivas sexuais (BUTLER, 2024).

Quando Gisberta, enquanto pertencente a comunidade trans/travestis, não instrumentalizou essa lógica, isto é, se revelou como um corpo travesti e bissexual, ela expôs a fragilidade dessa representação do gênero, seu corpo fascinou e intimidou, atraiu e repulsou, e tornou-se dissidente (PISCITELLI, 2009). Essa noção se evidencia logo nos primeiros versos da canção, quando o compositor diz: “*Perdi-me do nome/ Hoje podes chamar-me de tua*”. O enunciado “*Perdi-me do nome*”, tece uma ideia de construção identitária feminina. Gisberta, aos olhos da sociedade, não nasceu uma mulher, mas tornou-se uma, onde buscou refutar a ideia binária homem como molde naturalizado do sexo, se permitindo existir para além dessa naturalização (BUTLER, 2004 *apud* PRECIADO, 2018).



Neste momento, podemos entender que a identidade de Gis se manifesta como um campo de disputa e de ressignificação política. É, na verdade, um processo social e histórico complexo de produção subjetiva, influenciado por diversos fatores e marcado pela constante atualização e questionamento das normas sociais regulatórias sobre o seu corpo (BRANDÃO, 1990 *apud* PASSOS, 2022). Connel e Pearse definem gênero como “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 48), isto é, o gênero se mostra como uma estrutura presente nas relações sociais, de fluidez inevitável e com padrão de práticas e atividades altamente mutáveis, não podendo ser entendido como um traço fixo, não sendo mera expressão do determinismo biológico (CONNEL; PEARSE, 2015, p. 8).

O efeito que o trecho da canção produz é, por conseguinte, traduzir que o gênero e a sexualidade não são uma mera decorrência direta e sem desvios de enunciados discursivos. No enunciado “*Hoje podes chamar-me de tua*”, o uso do pronome “tua” evidencia a percepção que Gisberta teve sobre si resultante do convívio social, onde viveu em situação de diáspora enquanto travesti, imigrante, prostituta, soropositiva e em condição de semi abrigo, marcadores sociais indissociáveis e que possibilitaram o processo de formação e apresentação de sua identidade de gênero, não podendo ser reivindicada por nenhuma norma ou teoria (WATSON; BENOZZO; FIDA, 2024).

Hall (2008) pontua que a questão da identidade surge a partir do conflito ou dissenso entre indivíduo e comunidade, e este conflito abre a possibilidade ao indivíduo de identificação com outras comunidades, não instaure uma reconfiguração identitária plena, o que dificulta autoafirmação concisa e permanente. A contribuição de Hall ao questionar “*quem precisa de identidade?*”, vereda a ideia que Gisberta precisou de uma identidade feminina ao ser nomeada no trecho da canção pelo pronome “tua”, perdendo o nome que lhe foi atribuído ao nascer, reivindicando sua figura para além daquela que lhe foi atribuída a partir de uma dicotomia sexual compulsória (HALL, 2008).

A identidade de gênero de Gisberta enquanto travesti expõe os aspectos construídos do sistema sexo-gênero-sexualidade e abre margem para subversões dos ideais de uma masculinidade/feminilidade normalizada (WATSON; BENOZZO; FIDA, 2024), uma vez que ganha significação especial (AUGÉ, 1994). A questão que expõe a fragilidade dessa representação binária de gênero se dá quando Gisberta questiona a sociedade: “Mas eu não posso ser uma travesti?” (NASCIMENTO, 2021). Nos ensinamentos da socióloga Heleieth Safiotti (1999), a proposição que o feminismo de Beauvoir articula e a compreensão do “*torna-se*” é um processo de produção na construção do ser feminino.

Desse modo, a narrativa de Gisberta e sua identidade performativa revelam que ser homem ou mulher vai além de determinantes corporais, envolvendo um processo social e histórico de significação



(CASTELLS, 1999). Gis, assim como outras tantas mulheres trans/travestis, revelou a possibilidade de ressignificar o masculino/feminino, mostrando seu caráter performático, em suas ações cotidianas, interpretam o que é a mulher/homem "de verdade", isso porque a verdade dos gêneros não está no corpo (NASCIMENTO, 2021).

A sua vivência já evidenciava muito bem sobre possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros (LOURO, 2012). E materializou-se no universo das construções simbólicas, das fabricações significantes sobre enredados enquanto ser humano (BUTLER, 2011). Assim, sua existência deve ser entendida como performativa no sentido de que, em vez de simplesmente designar o que a realidade é, produz essa mesma realidade pela injunção de que assim seja (BUTLER, 2011).

Tal afirmação é crucial para analisar como a sociedade construiu a marginalização de Gisberta, relegando-a à exclusão social e simbólica. Questionamentos sobre a própria identidade podem levar à busca por outras comunidades que englobam as características individuais do ser, afinal, perguntar “*quem é você?*” só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além daquilo que foi nomeado como identificação (BAUMAN, 2005, p. 25). Assim, é possível afirmar que o processo de busca pela sua reconstrução da sua identidade nasceu de um conflito por meio do qual Gisberta adquiriu experiências e, posteriormente, construiu valores distintos dos já preestabelecidos, em um processo simbiótico de diáspora.

Espaço, corpo e exclusão

O conceito de espaço empregado nesta análise transcende sua mera dimensão geográfica para abarcar uma compreensão multidimensional que privilegia seu caráter relacional e simbólico. Yi-Fu Tuan (1983), em sua obra seminal *Espaço e Lugar*, estabelece uma distinção fundamental entre "espaço" e "lugar", argumentando que o espaço abstrato se transforma em lugar concreto mediante a experiência vivida e a atribuição de valor.

Para o autor, esta transformação ocorre através da corporalidade, das emoções e da construção de significados que emergem das interações cotidianas. O corpo, nesta perspectiva fenomenológica, não é apenas aquilo que ocupa um espaço, mas um agente ativo que percebe, sente e significa os ambientes, enquanto o espaço desponta como um campo de significações, afetos e disputas (TUAN, 1983). A ocupação e a ressignificação de um espaço social influenciam diretamente a construção identitária de Gisberta Salce, ao enfrentar estruturas cisheteronormativas e sofrer, por conseguinte, processos de exclusão e marginalização. A geografia, nesse contexto, não se limita à descrição de territórios, mas se



expande para a construção de um espaço simbólico e discursivo (HAWORTH; MCKINNON; ERIKSEN, 2022).

A essa leitura soma-se a perspectiva de Doreen Massey (2005), que propõe uma visão do espaço como produto de relações sociais, constantemente construído e reconstruído por meio de fluxos, interações e desigualdades. Rejeita-se a noção de espaço como uma superfície estática, defendendo-se uma visão do espaço como constelação de trajetórias simultâneas e heterogêneas. Central à essa teoria é a ideia de que o espaço é constituído por relações de poder que determinam quem pertence e quem é excluído. Sheppard-Perkins *et al.* (2024) condensam que estas relações de poder não são abstratas, mas materializadas em práticas e padrões espaciais da violência sexual e de gênero.

Em *O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, Dardel (2011) ao falar da etimologia da palavra geografia, relacionado diretamente à ideia de espaço, destaca que se refere à terra como “um texto a decifrar” (DARDEL, 2011, p. 2), texto esse que revela ao sujeito “sua condição humana e o seu destino” (DARDEL, 2011, p. 2), uma vez que revela o poder de se construir um espaço simbólico e discursivo. Logo, partir da concepção da geografia e ao se considerar os diferentes textos inscritos no/pelo espaço, cabe ressaltar quais histórias podem ser narradas e por consequência, quais corpos podem não apenas habitar o espaço, mas também modificá-lo, falar através dele, e na mesma medida, quais as identidades que não são convidadas a falar (SPIVAK, 2010)

Pensar na concessão de um espaço também dialógico, se constitui ao se considerar a experiência do sujeito, uma experiência que se dá diretamente pela sua relação com o espaço que ocupa (SALGADO, 2024). Assim, Gisberta, enquanto travesti, é atravessada pelo efeito geográfico do espaço, que se materializa pela performance do seu próprio corpo, um corpo-território que se inscreve em um não-lugar (SALGADO, 2024). A experiência de Gis e como ela vivencia a travestilidade no espaço são os próprios atos de aprender e de expor a sua experiência pela construção dos novos significados daquilo que já viveu (TUAN, 1983).

A significação dos espaços que se dão pelas experiências de Gisberta, destaca o ato de deslocar-se do Brasil para Portugal, em uma tentativa de fuga do massacre do seu corpo, logo, embora Gisberta estivesse em um território que poderia ser “seu”, há na necessidade de se retirar deste território uma demarcação de criação do que se nomeia por lugaridade, uma ação que se efetiva pela transição, que para Holzer (2013) expressa “a relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos que, como pausa, como convivência íntima, arrumam e delimitam os espaços” (HOLZER, 2013, p. 24). Assim, a lugaridade de Gisberta existe pela delimitação e exploração de sua própria identidade que é perseguida no Brasil e mais tarde, apagada em Portugal. A lugaridade permitida a um corpo que se desvia da norma se



revela pelo eco doloroso de uma existência caçada, posta como questionável, como não merecedora de ocupação, de significação e de experiências.

Ainda pela perspectiva da experiência, Tuan (1983) destaca a ação de sentir determinado lugar a ponto de conhecê-lo, em um movimento afetivo de vínculo, criando raízes, logo, o teórico diz que “sentir um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos, em uma mistura singular de vistas, sons e cheiros” (TUAN, 1983, p.203). Porém, se tratando de Gisberta, essa experiência do espaço se dá essencialmente pela obrigatoriedade da mudança, da passagem e do rompimento, quando no início da vida adulta Gisberta passa pela experiência de precisar se deslocar do Brasil, especificamente de São Paulo, para a cidade de Porto, em Portugal.

Em *Living a Feminist Life* (2017), Sara Ahmed evidencia como certos corpos se tornam “fora de lugar” nos ambientes normativos. Ahmed nos ajuda a pensar como a presença de um corpo trans/travesti em determinados contextos urbanos pode ser lido como incômodo, deslocado, indesejado ou montável, revelando o caráter disciplinador do espaço. Ahmed (2017) desenvolve uma sofisticada análise sobre como os espaços são constituídos afetivamente para acomodar certos corpos enquanto rejeitam outros.

Esta formulação teórica oferece um prisma elucidativo para analisar a representação da experiência espacial de Gisberta na canção. Assim, na canção *Balada de Gisberta* os versos iniciais “*Dancei em palácios/Hoje danço na rua/Vesti-me de sonhos/Hoje visto as bermas da estrada/De que serve voltar/Quando se volta pro nada?*” (ABRUNHOSA, 2010), fala da perda do local ocupado por um sujeito, logo, destaca-se aqui a transição mais imaginativa e poética da mudança de Gisberta de um espaço de prestígio para as margens da cidade, da construção fantasiosa de seu destino artístico para a realidade excludente e por fim, do encontro insistente do seu corpo com o vazio, afinal, voltar para o nada é também pensar que pela noção do espaço, não há um território ou um lugar que contemple dignamente a sua existência (AHMED, 2017).

Gisberta experienciou um deslocamento contínuo, tanto físico quanto simbólico. Fugindo da violência transfóbica no Brasil, migrou para Portugal, onde continuou sendo marcada pela marginalização e violência. Esse deslocamento pode ser compreendido como um processo de diáspora, conceito que, segundo Brah (1996), envolve não apenas a migração geográfica, mas também a interseccionalidade entre identidade, fronteiras e localização. Para a autora, diáspora é um conceito múltiplo que é constituído por um espaço de intersecção que torna necessário analisar os aspectos culturais, políticos, econômicos e psíquicos, tornando cada experiência diaspórica, única, constituindo um espaço que tem em si o próprio início e fim em um processo relacional que necessita compreender não só quem migra, mas também os que nasceram ou são naturais de uma região, país ou território (BRAH, 1996).



Gisberta não apenas cruzou fronteiras territoriais, mas também enfrentou deslocamentos sociais e simbólicos, sendo constantemente negada em seus espaços de pertencimento. A diáspora, nesse sentido, não se restringiu ao ato de deixar o Brasil, mas se manifesta na impossibilidade de estabelecer raízes e na ausência de um lugar que a reconhecesse plenamente. Ao nos valermos do conceito de espaço de diáspora, trabalhamos com a perspectiva de multilocalização em que Gis estava emergida, a partir de fronteiras fluidas que se movimentam por meio de construções sociais, sejam elas geográficas, culturais e/ou psíquicas, uma vez que consideramos que as fronteiras são metáforas construídas através das marcas de poder (BRAH, 1996).

Este processo fica bastante evidente em trechos da música como “*Dancei em palácios/Hoje danço na rua*” e “*Trouxe pouco/Levo menos*”, no lugar de uma identidade estável e bem definida, surge uma identidade em construção, instável e muitas vezes sem referenciais geográficos certos ou definidos. Esse trecho traduz poeticamente a trajetória de Gisberta, marcada pela passagem de um espaço de possibilidades para um lugar de marginalização (SALGADO, 2024). Em Portugal, Gisberta enfrentou as dificuldades da imigração e da discriminação por ser uma travesti. Vivia em situação de vulnerabilidade social, trabalhando como profissional do sexo e enfrentando os preconceitos da época.

A transição de "palácios" para "a rua" representa uma metáfora do deslocamento compulsório imposto pela transfobia e pela exclusão social e também uma mudança física, uma vez que viveu sem-abrigo nos seus últimos anos de vida (HAWORTH; MCKINNON; ERIKSEN, 2022). O "voltar para o nada" reforça a ideia de que, para Gisberta, não existia um espaço de pertencimento, pois sua identidade sempre foi considerada ilegítima tanto no Brasil quanto em Portugal (HAWORTH; MCKINNON; ERIKSEN, 2022).

A identidade diaspórica forjada no Brasil/Portugal de Gisberta permite uma releitura da história social e cultural brasileira e portuguesa, uma vez que ao considerar a análise entre identidade, espaço e memória, envolvendo Gisberta enquanto pertencente a população trans e travesti, assim como outras minorias sociais, expõe os contextos sociopolíticos, os espaços culturais, as fusões, fissuras, os deslocamentos, os territórios de partida e chegada, as variáveis que marcam os sujeitos em ação antes, durante e depois de integrados a um determinado território, permitindo elucidar as condições de como as identidades são apropriadas e reapropriadas pelos grupos que se encontram em condições diaspórica.

Memória coletiva e reconhecimento

A noção de memória utilizada neste trabalho se apoia principalmente em Maurice Halbwachs (2004) e Pollak (1988), que definem a memória coletiva como uma construção social, ancorada em



quadros de referência compartilhados por grupos. A memória, nesse sentido, não é individual nem neutra: ela é moldada pelas relações sociais e pelo poder, o que implica disputas sobre o que deve ser lembrado ou esquecido.

Na análise de Halbwachs, torna-se possível pontuar que a memória é estruturada a partir de suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (HALBWACHS, 2004) e que há um processo de "negociação" para conciliar memória coletiva e individuais.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 2004, p. 35).

Partindo dos ensinamentos de Halbwachs e da apreensão e problemática dada pela ligação entre memória e identidade social, Michel Pollak (1988) incorpora a dimensão identitária como elemento primordial na análise dos processos mnemônicos, demonstrando que sujeitos e grupos socialmente marginalizados desenvolvem sofisticadas estratégias de reconstrução simbólica como mecanismo de resistência contra o sistemático apagamento histórico-cultural. Para o sociólogo, estas práticas não constituem meros recursos de defesa, mas verdadeiras representam afirmações ativas de existência contra forças hegemônicas que buscam invisibilizar experiências dissidentes (POLLAK, 1988).

Pollak (1988) trata a memória como uma troca com o ambiente em que o sujeito habita, havendo para isso a junção de diferentes elementos que constroem uma nova história. O autor destaca os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles vividos por tabela, ou seja, aquilo que o sujeito experienciou no plano real de sua própria vida e aquilo que foi propagado pelos seus pares ou pela comunidade em geral como uma verdade, que faz com que o sujeito de agora se sinta “parte”, inaugurando uma memória do pertencimento, da identificação e da recolocação de uma identidade (POLLAK, 1988).

Partindo das marcações temporais vividas por Gisberta, é possível pensar uma memória que é atravessada pelo trauma, pela desautorização de uma vida “comum” e pela negação dos sonhos. Sendo uma travesti e vivenciar a travestilidade, em uma perspectiva histórica, Gis ocupa um lugar de não existência, como outras mulheres trans, travestis e pessoas que vivenciam a transgeneridade, ela é forasteira da humanidade, estrangeira do gênero” (NASCIMENTO, 2021, p. 49). Logo, se não há o direito à vida, por consequência, o direito de uma memória que de fato seja ativa, a ponto de transformar um espaço social, também é corrompido (SALERNO, 2024).



Se considerado o sentido da memória pelas vias das recordações, há a marcação de Gisberta pelo sentimento de esquecimento, um amor que se esquece, um desejo que é subtraído do seu plano de vida. Nos versos “*Escrevi o desejo/Corações que já esqueci*” há a explanação não apenas de uma falta, afinal, pode uma mulher transexual/travesti amar? Pode ela ser desejada e amada de volta? Mas também, de um salto da memória que é reforçado pela violência de gênero, pelo projeto de morte direcionado a pessoas que projetam suas existências para além das categorias binárias (BUTLER, 2011).

O ato de vestir-se de um sonho e de uma expectativa de vida e posteriormente vestir os acostamentos de uma avenida, de uma estrada, é a demonstração da ausência de uma materialidade desejada, alcançada pelo desejo, pelo sonho que é próprio de uma memória. Contudo, ainda que exista uma realidade que foi potencialmente mais violenta com Gisberta não só em seu deslocamento, mas também na destituição de seus projetos de vida, a canção aqui analisada propõe uma nova formatação de memória, uma memória viva que se dá pela arte, em uma potência transformadora entre sujeitos que pertencem a um mesmo cenário, que compartilham de insuportáveis dores, mas que também se levantam contra o sistema-sexo-gênero (SALERNO, 2024).

A memória de Gisberta e especificamente da precariedade de oportunidades em sua vida, retoma a ideia de memória coletiva como justiça social, ou seja, de subverter a falta através de uma postura política assertiva de enfrentamento. Maurice Halbwachs (2004) propõe um conceito de memória coletiva que atravessa diferentes grupos sociais, em uma defesa de que a memória seria moldada socialmente enquanto a lembrança é um fenômeno, um acontecimento social, assim a individualização da vida de Gisberta é também resultado de um movimento coletivo, nomeado pelo autor como um quadro social de memória, que é também lembrada por um outro.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos. É porque na realidade nunca estamos sós, não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWASHS, 1999, p. 26).

Nesse sentido, a canção atua como um dispositivo de resistência, mantendo viva a lembrança de Gisberta e inserindo sua trajetória na luta por direitos e reconhecimento. A melodia e a letra servem como veículos que transcendem o tempo e o espaço, permitindo que sua história continue a ecoar e a mobilizar diferentes gerações em prol da visibilidade trans. Deste lugar de uma memória que se faz pela existência de outros em nós, que outras pessoas trans, homens e mulheres, recontam a história de Gisberta como um fato que não pode ser vivido novamente, uma tragédia anunciada que não deve ser repetida, uma memória que está intimamente ligada a uma responsabilidade histórica que incomoda um sistema de desassistência



a corpos dissidentes, mas que também, relembra, pelos movimentos sociais, o papel das instituições policiais, de saúde e o próprio governo de forma macro na obrigatoriedade de proteção a essas pessoas submetidas à subalternidade.

Todas as posturas sociais já mencionadas e que se dão pela narrativa da vida de Gisberta e mais precisamente, pela transcrição dessa vida a um formato artístico, musicado, podem ser também pontuadas pelo que Paul Ricoeur, em seu livro *“A memória, a História e o Esquecimento”* (2007) destacou como fenomenologia da lembrança, ou seja, o ato de entender como que uma lembrança coletiva- aqui demonstrada pela barbárie direcionada a Gisberta se manifesta em nossa consciência, uma mesma consciência que faz com que o sujeito contemporâneo se organize de forma política sobre o que foi vivido, assim, como o autor defende, essa lembrança que nos aproxima do que foi vivido, como que, mesmo se não vivida por nós, nos comove como se fosse a nossa própria experiência.

É também o que configura uma presença de uma ausência, aquilo que mentalmente se acessa, mas que fisicamente já não existe, o que questiona e apreende uma memória que não se dá apenas por uma contação do que foi vivido nas ruas de Portugal, mas que se recria e é reinterpretada à medida que temos acesso a novas formas de perceber e defender a existência de um corpo que desobedece a heteronormatividade e a performance binária do gênero (BUTLER, 2024).

As críticas escorregadias e periféricas que faz a Foucault, particularmente na obra *Arqueologia do saber*, soam um pouco apressadas. Acreditamos que o “lugar” “de sua própria produção”, pois a crítica de Ricoeur estabelece a falta de um “lugar”, para essa produção, tenha sido a superficialidade detectada em alguns historiadores, o que fez com que Foucault manejasse “ferramentas” para remover camadas de tinta e chegar às “redes” e “grades” rompendo os lastros de uma certa superficialidade historiográfica.

A defesa de uma memória de Gis, dela enquanto ser social que sonhou suas próprias narrativas e também dela que se tornando figura pública construiu nos grandes outros a necessidade de recordação e de ativismo pelo seu nome, torna-se essencial para a manutenção de identidades que possam de fato viver, em espaços seguramente arquitetados também para elas e por fim, pela validação de uma memória que afeta a todos e que possa ser concretizada, como um sonho possível e real.

METODOLOGIA

Este presente estudo fundamenta-se no método teórico-dedutivo, com abordagem qualitativa, e delineamento empírico, descritivo e correlacional, com aporte teórico nas teorias sobre identidade, espaço e memória e sexo-gênero, o qual parte de proposições gerais e teorias já consolidadas para a análise de casos ao objeto de investigação. Esse método caracteriza-se pela utilização da lógica formal para a



derivação de proposições particulares a partir de teorias e conceitos previamente estabelecidos, o que favorece a coerência argumentativa e a construção racional do conhecimento (LAKATOS; MARCONI, 2003 *apud* PEDADA, 2024).

O método teórico-dedutivo permite que a análise da canção *Balada de Gisberta*, seja guiada por categorias conceituais amplas previamente estabelecidas, como os conceitos de marginalização, transfobia e dignidade humana. A partir dessas noções teóricas, é possível examinar os versos da canção como manifestações específicas de fenômenos sociais mais amplos. Ou seja, a interpretação parte de uma estrutura teórica (por exemplo, as teorias críticas). Assim, ao aplicar o método dedutivo, a canção não é lida apenas como um texto artístico isolado, mas como um discurso inserido em contextos sociais, políticos e históricos que expressa e denuncia violências sistemáticas contra corpos dissidentes. A construção da narrativa em *Balada de Gisberta* ganha força quando compreendida à luz de conceitos como o da “vida precária” (BUTLER, 2004), permitindo que se revele os sentidos implícitos na obra e relacione a história individual de Gisberta com uma lógica mais ampla de exclusão social e apagamento identitário. Desse modo, o método teórico-dedutivo ajuda a conectar teoria e realidade concreta, oferecendo um caminho interpretativo sólido, crítico e socialmente engajado.

Os procedimentos de levantamento de dados foram realizados por meio de revisão bibliográfica, envolvendo o exame de livros, artigos científicos, dissertações e outros documentos relevantes, permitindo a construção de uma base teórica sólida e atualizada sobre o tema em questão. Segundo Gil (2008), trata-se de um estudo que examina materiais teóricos e científicos previamente publicados como livros, artigos, teses e dissertações, no escopo de compreender o estado da arte do assunto investigado, identificar lacunas no conhecimento e embasar teoricamente a pesquisa. A revisão bibliográfica orienta o desenvolvimento das hipóteses e a delimitação do problema de pesquisa, contribuindo para a construção de um referencial teórico consistente (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para atender ao estado da arte internacional recente, incorporam-se trabalhos publicados nos últimos anos, inclusive em periódicos como o Boletim de Conjuntura (BOCA), que utilizam abordagem metodológica semelhante, tais como Oliveira e Nóbrega (2023), que discutem os desafios enfrentados por sujeitos LGBTs em instituições educacionais sob uma perspectiva discursiva crítica, Guerra (2020), que trata da exclusão interna na comunidade LGBTQIA+, e Carvalho *et al.* (2024), publicado na revista *Sexuality and Culture*, que valida uma escala sociopolítica para compreender atitudes em relação a pessoas trans em Portugal.

Esses estudos ajudam a contextualizar a análise da canção *Balada de Gisberta* dentro de uma produção científica internacional contemporânea, que articula identidade, exclusão e resistência em dispositivos simbólicos e linguísticos.



Em relação aos procedimentos de análise de dados, adota-se como procedimento metodológico a análise de discurso crítica (ADC). Essa abordagem compreende a linguagem como prática social e busca identificar, nos textos e discursos analisados, marcas ideológicas, relações de poder e estruturas de dominação simbólica. Fairclough (2001) destaca que a ADC não se limita ao conteúdo linguístico, mas incorpora os contextos sociais e históricos de produção do discurso, revelando como sentidos são produzidos, naturalizados ou contestados.

Complementando essa perspectiva, van Dijk (2008) aponta que a análise crítica do discurso permite compreender os mecanismos discursivos que mantêm ou desafiam as hierarquias sociais, sendo, portanto, um instrumento potente para a leitura crítica de textos e práticas comunicativas. Ao articular o método dedutivo com a ADC, o estudo promove uma abordagem eficaz para o exame de manifestações artísticas em contextos sociopolíticos, sendo aplicada na análise de textos com densidade simbólica e política. A canção, neste enquadramento analítico, constitui um texto social com múltiplas camadas de significação, que condensa afetos, resistências e denúncias.

O objeto de análise configura-se como texto artístico de base poética e performática, inserido na tradição da canção popular lusófona contemporânea. Trata-se de dados secundários de natureza simbólica e cultural, fundamentado em vivências concretas de uma figura histórica: Gisberta Salce. A letra sintetiza sua trajetória vital, ressignificando sua existência mediante recursos poéticos que alcançam um público transnacional. A análise direciona-se a um caso particular (a narrativa de Gisberta) que se torna representativa de experiências comuns a corpos dissidentes, imigrantes e trans/travestis em contextos marcados pela exclusão e apagamentos radicais. O corpus é examinado como espaço de articulação simbólica e política, no qual os sentidos são disputados, produzidos e performados. Assim, a letra sintetiza sua trajetória vital Gisberta Salce Júnior, ressignificando sua existência mediante recursos poéticos que alcançam um público transnacional.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das categorias identidade, espaço e memória, a trajetória de Gisberta Salce Junior revela um intrincado processo de produção sexo-gênero, e revela que a ordem social binária assume uma forma fantasmagórica e um poder destrutivo do gênero. Esta ordem causou o apagamento de Gisberta Salce Júnior por considerar sua existência como uma outra identidade não correspondentes com as expectativas normativas, provocando a não visibilidade ou não inserção de identidades dadas como excluídas no espaço social (BUTLER, 2024).



A identidade de gênero de mulheres trans/travestis expõe os aspectos construídos do sistema sexo-gênero-sexualidade e abrem margem para subversões dos ideais de uma masculinidade/feminilidade normalizada. A questão que expõem a fragilidade dessa representação binária de gênero é quando uma mulher trans e travesti questiona a sociedade: “Mas eu não posso ser uma mulher?” (NASCIMENTO, 2021). A partir de suas práticas performativas de gênero em suas trajetórias sociais, os seus corpos apresentam-se como inadequados, reflexos das marcas corporais adquiridas que são, acima de tudo, marcas de poder (FOUCAULT, 1975).

Sobre a identidade de Gisberta, a narrativa se concentra como um processo de reconstrução na qual a personagem deixou para trás a identidade masculina para se tornar uma identidade feminina ao se nomear como Gisberta Salce Júnior, nome que condensa as identidades masculina e feminina e simboliza, assim, toda sua luta pela superação do binarismo de gênero. Como corrobora logo na música com o emprego do pronome ‘tua’. Não é um homem. Não é uma mulher. Não é heterossexual. Não sou homossexual. É travesti, bissexual e uma dissidente do sistema sexo-gênero, uma “multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês” (PRECIADO, 2018). Contudo, o nomear é um ato de poder, e a nomeação de corpos dissidentes é frequentemente negada ou distorcida pela sociedade cisheteronormativa. Essa dinâmica pode ser observada na trajetória de Gisberta, cujo nome e identidade foram apagados tanto em vida quanto após sua morte (MOIRA, 2016).

As identidades de gênero, assim, são tecidas em um marco de limites nítidos e expectativas socioculturais em diferentes espaços. Os espaços marginais que Gisberta habitou não são resultado de escolhas individuais, mas manifestações espaciais de exclusões sistemáticas baseadas em sua identidade travesti, condição de imigrante e situação socioeconômica precária (SALERNO, 2024). A cidade do Porto emerge, assim, não como entidade neutra, mas como topografia de poder onde corpos são hierarquizados e territorializados segundo lógicas normativas (SALGADO, 2024). Espaços urbanos, como aquele onde Gisberta viveu em situação de rua, revelam camadas de exclusão racial, sexual e de classe que marcam os corpos e restringem suas possibilidades de existência (HAWORTH; MCKINNON; ERIKSEN, 2022).

Este enquadramento teórico permite compreender como, na *Balada de Gisberta*, os espaços urbanos do Porto são representados não como meros cenários, mas como territórios carregados de afetividade e significação. A cidade descrita na canção não constitui apenas o palco onde se desenrola a tragédia de Gisberta, mas participa ativamente na produção de sua vulnerabilidade, ganhando um contorno de construir, compulsoriamente, um espaço que aprisionou o corpo, a sexualidades e a identidades de Gis, uma vez que Porto se organiza e se estrutura, a partir da própria imposição cisheteronormativa (BUTLER, 2024).



O deslocamento espacial e a tentativa de dar novos significados a si mesma a partir dessa nova habitação, de modo controverso, mina a subjetividade de Gisberta, pois enquanto sujeito não legitimado, por desviar da heteronorma, Gisberta experimenta a fragilidade do abandono e da tristeza, de ser destituída do espaço físico, ao ser lida como uma “sem-teto” e do espaço social como um corpo nascido exclusivamente para morrer, pertencendo, como pontuado por Nunes (2019) “à categoria do sujeito matável [...] tendo em vista que sua exclusão e rejeição aparecem marcadas em sua subjetividade marginal” (NUNES, 2019, p.159).

Essa perspectiva a categoria memória ganha certa centralidade no escopo de evidenciar como é acessada e ressignificada ao longo do tempo, influenciando a forma como um evento ou sujeito é percebido na sociedade. A fenomenologia da lembrança nos ajuda a compreender como a memória de Gisberta, inicialmente condenada a marginalidade e por conseguinte ao esquecimento, é resgatada por meio da música e dos movimentos sociais, tornando-se um símbolo de resistência. Assim, a memória de Gisberta, antes apagada, é resgatada por meio da canção e das lutas coletivas. Sua história não apenas denuncia a violência estrutural contra pessoas trans e travestis, mas também questiona o papel das instituições e do Estado na perpetuação desse apagamento de existências travestis (LENTS, 2025).

O grau de violência, a desproporção da força, o motivo fútil e injustificado da agressão, são emblemas de uma cisheterossexualidade que não permite a existência da diferença. Não basta a distância (própria daqueles que não querem o contato), é preciso a eliminação, o apagamento. E essa eliminação/apagamento se perfaz nas categorias identidade, espaço e memória de Gisberta. Uma identidade por

Nos versos “*Com sedas matei e com ferros morri*” há a indicação da própria morte que se manifesta como forma de construção de gênero. Gisberta não foi construída biologicamente, mas através de um conjunto de apagamentos radicais que recusava a possibilidade de construção de novas realidades culturais (BUTLER, 2011). Carvalho *et al.* (2024) destacam que atitudes e crenças sobre pessoas trans são fortemente influenciadas por tendências sociopolíticas, sendo fundamentais para compreender os mecanismos de preconceito e exclusão social enfrentados por essa população.

Foi nomeado o fenômeno da transfobia para Gisberta, uma prática material, odiosa e letal da cisheteronormatividade, um mecanismo de regulação do seu corpo, onde surge como resistência violenta à performatividade de gênero que foge da norma (BUTLER, 2024). Corpos dissidentes — entre eles o corpo travesti de Gis — são tratados como descartáveis ou como alvo de espetáculo violento (VALENCIA, 2010), como um recado da sociedade que dita que certas vidas são tornadas impensáveis, operando a transfobia letal exatamente nesse campo (BUTLER, 2024). Reforça-se que esse apagamento social, além de causar traumas e situações que marcam de forma cruel o sujeito, é apresentada como



regressão da sociedade, sobretudo no que tange ao cenário social, visto que cria uma condição existencial hierárquica (OLIVEIRA; NÓBREGA, 2023).

No caso de Gisberta Salce, sua identidade foi construída ao longo da vida em um processo marcado por deslocamentos, violências e ressignificações (HALL, 2005), onde o gênero não foi uma característica intrínseca do seu corpo, mas uma construção cultural performativa (BUTLER, 2004). Gisberta não apenas se identificou como travesti, mas também desafiou as estruturas que naturalizam o binarismo de gênero (PASSOS, 2022). A partir de suas práticas performativas de gênero em sua trajetória social, o seu corpo apresentou-se como inadequado, reflexos das marcas corporais adquiridas que são, acima de tudo, marcas de poder (FOUCAULT, 1975).

Em *Vigiar e Punir* (1975) Foucault investigou como os processos disciplinares inerentes às sociedades tornam dóceis os comportamentos dos indivíduos através da domesticação de seus corpos e costumes, por meio da regulação de seu viver: se organizam seus horários, se criam modelos de conduta a serem seguidas e normas institucionais são incorporadas de modo individualizado ao ponto de naturalizá-las.

Foucault (1975) enfatiza que na construção normativo-discursiva do corpo, como modelo natural, estão implicadas as normas para os corpos em suas existências particulares. Disso resultaria que o homem e a mulher, engendrando com os ensinamentos de Butler – está capturado a uma maneira prescritiva de exercício de vida (de ser e de agir com os demais) onde a verdade de seu corpo, de sua sexualidade – e de seu sexo determina seus deveres como tal (BUTLER, 2011). Em outras palavras, o humano está preso a uma subjetividade, modos de ser e se conceber como sujeito e de agir no mundo, a partir de um dever de ser (assim) que coincide com um é verdadeiro ser (assim). O que salienta o prescritivo de tal subjetividade, uma vez nela se obedece a uma natureza enunciada do corpo (FOUCAULT, 2012).

Ao existir como um corpo travesti, categoria além do binarismo de gênero (masculino/feminino), uma série de eventos violentos recaiu sobre Gisberta uma vez que o seu corpo é um produto cultural, e sua radicalização para além das normas impostas, na medida em que se afasta dos binômios envolvidos na construção do seu corpo também é reconstruído segundo uma rede de relações que não lhe permite existir e que cuja existência seja nomeada como inexistente, matável e morrida (FOUCAULT, 2012). Tal afirmação fica muito clara no enunciado “*É o futuro que parte*”.

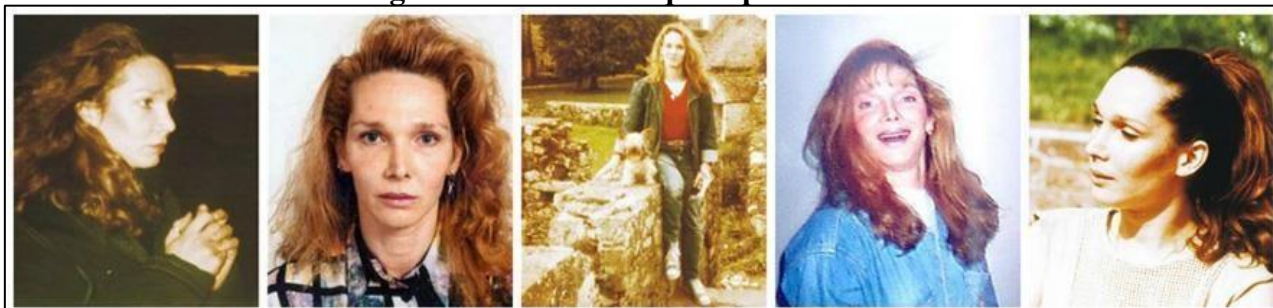
E essa eliminação/apagamento se perfaz em um jogo metafórico entre vida/morte, onde o verso, “*com sedas matei*”, remete a ascensão artística em que Gisberta alcançou, enquanto o último verso “*E com ferros morri*”, representa a sua morte. Como isso, o corpo de Gisberta que existia, que tinha sua experiência sexual e identitária diversa, se materializou na morte, na violência, na dor, na atribuição de sua existência estritamente atrelada a uma ordem discursiva (FOUCAULT, 1975).



A partir disso, é possível perceber que o compositor criou uma metáfora que simboliza a própria trajetória de Gisberta. Enquanto "*sedas*" evocam seu potencial artístico e seus sonhos, "*ferros*" remetem à brutalidade que culminou em sua morte. Essa dualidade reflete não apenas sua vivência pessoal, mas também a condição de corpos dissidentes em uma sociedade que os marginaliza. Este duro quadro social é reverberado nas estruturas sociais. A morte não foi mero acaso, mas como uma das fontes resultantes, condenando Gis, que ao se distanciar dessa regra, à exclusão e fortalecendo uma a manutenção do mundo cisheteronormativa (GUERRA, 2020).

Com relação à construção de memórias coletivas, a apropriação e ressignificação da histórica Gisberta Salce, como um momento de inflexão da consciência da população trans E também da cisheteronormativa com relação a sua história, e não apenas como um mero registro formal de uma existência determinada. A (re)construção histórica da personagem participa, de forma relevante, da evidência de outras perspectivas sobre a multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero travesti que ocupou um espaço social, apagada por enredos históricos, mas que deve ser eternamente lembrada (MOTT *et al.*, 2021).

Figura 1 - Fotos de arquivo pessoal da Gisberta



Fonte: <<http://ciaexcessos.com.br>>.

Para Paul Ricoeur (2007) o verbo “lembrar” está sempre relacionado ao substantivo “lembança”, uma vez este apresenta a memória como sendo pragmática, significando que ela deverá ser exercitada, isto é, não apenas lembrar o que passou, mas fazer alguma coisa em relação a essa lembrança. Eis, pois, que a recordação ora aqui empregada opera para sinalizar a busca pelo apagamento dos sinais de “humanidade” nas inúmeras “Gisbertas”, o ódio desproporcional voltado a corpos indefesos e que teimam em existir (SALERNO, 2024).

A trajetória de Gisberta, assim como a de outras pessoas que vivenciam a transgeneridade, é elíptica, e tem na valorização da ancestralidade o seu fio condutor. A ideia é a de que o passado de Gisberta Salce, bem como seu conhecimento e suas estratégias de sobrevivência, não são apenas a antessala do presente, elas são também um próprio manual para desbravar e entender o futuro— um futuro incerto- em



que a morte não deve ser o único caminho. Nesse processo, a canção transforma o seu o passado não apenas numa massa em estado de sobrevivência, mas, sim, um coletivo formado por agentes de uma potencialidade capaz de transformar, inclusive, o futuro, muito embora este se apresente como na própria letra da canção como “É o futuro que parte”.

Esse apagamento ou tentativa de apagamento revelam a persistência de imaginários sociais avessos às diferenças e que se concretizam em práticas sexistas e lgbtfóbicas. O verbo “lembrar” está também sendo empregado em caráter reivindicatório, que corpos diversos e suas expressões sexuais e identitárias anseiam pelo direito de ser e existir, contestando noções sagradas e especializadas do ser masculino/feminino e exigindo da própria estrutura normativa a possibilidade de eleger projetos existenciais subjetivas (BUTLER, 2024).

Após a morte de Gisberta Salce, houve uma transformação social no campo legislativo português, com a criação de leis que tratou da igualdade de gênero, onde se criou uma série de leis voltadas para a igualdade de gêneros, com o objetivo de garantir a pessoas trans/travestis maior acesso à Justiça, à educação e ao emprego. Além disso, foi aprovada a concessão de asilo a pessoas estrangeiras que vivenciam a transgeneridade em risco de perseguição e situação de vulnerabilidade social, uma reformulação no que concerne a instrumentação de leis existenciais para todos os corpos, descortinando, assim, um ordenamento legislativo também binário.

Assim, a música propõe uma nova forma de memória viva, que conecta sujeitos em resistência contra um sistema opressor. Ela transcende a experiência pessoal, convocando uma consciência coletiva que luta pela dignidade de corpos dissidentes. A apropriação da história de Gisberta pela arte não se limita ao registro de sua existência, mas busca provocar uma reflexão na consciência social. Como os versos sugerem, sua vida e morte não são apenas fatos isolados, mas expressões de uma luta coletiva contra sistemas opressivos. Dessa forma, a memória de Gisberta não apenas denuncia sua exclusão, mas também inspira transformações sociais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo partiu da proposta de analisar a canção *Balada de Gisberta* como uma narrativa que reinscreve a memória, a identidade e o espaço a partir da trajetória de Gisberta Salce Júnior, travesti brasileira assassinada em Portugal. Por meio do método teórico-dedutivo, com abordagem qualitativa, levantamento de dados realizado por meio de revisão bibliográfica e análise conduzida segundo o procedimento da análise crítica do discurso, buscou-se compreender como o texto poético-musical atua



na construção simbólica de uma existência marcada pelo deslocamento, pela resistência e pela violência estrutural.

As análises realizadas demonstraram que a canção *Balada de Gisberta* atua como dispositivo discursivo de resistência exigindo a articulação de três categorias centrais: identidade, memória e espaço, revelando três resultados significativos. Primeiramente, identificamos a elaboração de uma identidade travesti como forma de enfrentamento político à norma de gênero, alinhada às perspectivas pós-estruturalistas de Butler (1990, 2004, 2024) e Preciado (2018). O texto poético-musical constrói Gisberta como sujeito que desafia categorias fixas, em permanente negociação com os limites impostos pela cisnormatividade e pela xenofobia.

Em segundo lugar, observamos a representação do espaço social como estrutura simultaneamente excludente e campo de visibilidade. A canção inscreve Gisberta em territórios marcados pela rejeição, confirmando a perspectiva de Ahmed (2017) sobre espaços moldados por afetos normativos que tornam determinados corpos indesejados. O deslocamento geográfico apresentado na narrativa poética reverbera como desidentificação social e ruptura subjetiva (BRAH, 1996). Por fim, evidenciamos a construção de uma memória coletiva insurgente que ressignifica a trajetória de Gisberta como símbolo de resistência, transformando um evento de violência em catalisador de conscientização social.

A canção opera como contra-narrativa ao converter exclusão em afirmação política, impedindo que seu apagamento se complete, em processo similar ao que Halbwachs (1992) descreve como reconstrução do passado a partir de interesses do presente. Entre os principais resultados da pesquisa, destacam-se: (i) a elaboração de uma identidade travesti como forma de enfrentamento discursivo e político à norma de gênero; (ii) a representação do espaço como estrutura excludente, mas também como campo de visibilidade e denúncia; e (iii) a construção de uma memória coletiva insurgente que reinscreve Gisberta como figura de resistência. A análise revelou que a violência sofrida pela protagonista é ao mesmo tempo biopolítica e semiótica: sua exclusão foi institucionalizada pela linguagem, pelo espaço urbano e pelas narrativas dominantes.

Sem a intenção de finalizar as necessárias discussões que passeiam, ainda que pelo recurso da memória, no corpo-território de Gisberta e sua identidade em diáspora, pontuamos que a canção *Balada de Gisberta* e sua análise pujante discursiva sobre a experiência de vida de Gisberta Salce, subjaz uma reflexão acerca de sua existência, da sua complexa vivência e de sua morte.

Reconhecemos que, apesar do aprofundamento analítico alcançado, esta pesquisa apresenta algumas limitações naturais ao escopo escolhido. Ao concentrar-se na análise aprofundada de uma única obra artística, o estudo priorizou a densidade interpretativa em detrimento da amplitude comparativa. A opção metodológica pela Análise Crítica do Discurso aplicada ao texto poético-musical permitiu um



mergulho nas camadas simbólicas da narrativa de Gisberta, embora não tenhamos explorado a recepção social da canção ou incorporado experiências diretas de escuta por pessoas trans e travestis, o que poderia enriquecer futuras abordagens do tema.

Conclui-se que *Balada de Gisberta* opera como potente instrumento de memória e resistência contra o apagamento de existências marginalizadas. A canção não apenas preserva a história individual de Gisberta Salce, mas a transforma em símbolo coletivo que questiona as estruturas de violência contra corpos trans e travestis. As repercussões legislativas após sua morte em Portugal, com a criação de leis voltadas à igualdade de gênero e proteção a pessoas trans migrantes em situação de vulnerabilidade, evidenciam o potencial transformador desta memória quando mobilizada pela arte.

A trajetória de Gisberta, ressignificada através da música, oferece caminhos para a construção de novos paradigmas de reconhecimento e dignidade para subjetividades historicamente silenciadas. Ao dar voz poética à experiência de quem foi violentamente silenciada, a obra artística realiza um gesto político fundamental: inscreve no campo simbólico a presença daqueles que o poder tenta sistematicamente apagar.

REFERÊNCIAS

ABRUNHOSA, P. “Balada de Gisberta”. In: BETHÂNIA, M. **Amor Festa Devoção**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino - Sarapuí Produções Artística, 2010.

AHMED, S. **Living a Feminist Life**. Durham: Duke University Press, 2017.

AUGÉ, M. **Non-Lieux**. Paris: Seuil, 1994.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

BRAH, A. **Cartographies of Diaspora: Contesting Identities**. London: Routledge, 1996.

BRANDÃO, C. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUTLER, J. “Actosperformativos e constituição de gênero. Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”. In: MACEDO, A. G.; RAYNER, F. (org.). **Gênero, cultura visual e performance**: Antologia crítica. Minho: Universidade do Minho, 2011.

BUTLER, J. **Bodies that matter**: On the discursive limites of 'sex'. New York: Routledge, 2011.

BUTLER, J. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, J. **Who's afraid of gender?** New York: Farrar, Straus and Giroux, 2024.



CARVALHO, J. *et al.* “Sociopolitical trends and attitudes towards transgender people: validation of the T-KAB scale in Portugal”. **Sexuality and Culture**, vol. 28, n. 2, 2024.

CONNEL, R.; PEARSE, R. **Gender in the World Perspect.** Cambridge: Polity Press, 2015.

DARDEL, E. **O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora da UnB, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões.** Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GUERRA, W. S. T. “Orgulho e preconceito dentro da comunidade LGBTQIA+”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 3, n. 7, 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2004.

HALL, S. “Quem precisa da identidade?” *In.* SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.

HALL, S. **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HAWORTH, B. T.; McKINNON, S.; ERIKSEN, C. “Advancing disaster geographies: From marginalisation to inclusion of gender and sexual minorities”. **Geography Compass**, vol. 16, n. 11, 2022

HOLZER, W. **Sobre territórios e lugaridades.** **Revista Cidade**, vol. 10, n. 17, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LENTS, N. H. **The sexual evolution: how 500 million years of sex, gender, and mating shape modern relationships.** New York: Mariner Books, 2025.

LOURO, G. L. “Os Estudos Queer e a Educação no Brasil: articulações, tensões, resistências”. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, vol. 2, n. 2, 2012.

MASSEY, D. **For Space.** London: Sage Publications, 2005.

MATA, P. A. “Capítulo dez: eu Gisberta”. **Cia Excessos** [2015]. Disponível em: <www.ciaexcessos.com.br>. Acesso em: 20/04/2025.

MOIRA, A. **E se eu fosse puta?** São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOTT, L. *et al.* (org.). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2021.



NASCIMENTO, L. C. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

NUNES, A. A. Três versões para o assassinato de Gisberta Salce: a análise do discurso no jornalismo e na arte. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, vol. 23, n. 2, 2019.

OLIVEIRA, K. S.; NÓBREGA, P. R. C. “Ser estranho” em formação: os desafios enfrentados por sujeitos lgbts em escola da educação básica no norte baiano”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 46, 2023.

PASSOS, M. C. A. **Pedagogias das travestilidades**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2022.

PEDADA, K. “Deductive Reasoning in Research: A Structured Approach”. **ResearchGate** [2024]. Disponível em: <www.researchgate.net>. Acesso em: 10/04/2025.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

POLLAK, M. “Memória e Identidade Social”. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1988.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAFIOTI, H. “Primórdios do conceito de gênero”. **Cadernos Pagu**, n. 12, 1999.

SALERNO, D. “An Instituting Archive for Memory Activism: The Archivo de la Memoria Trans de Argentina”. **Memory Studies**, vol. 17, n. 2, 2024.

SALGADO, A. I. R. “The body as territory: a movement perspective”. **Studies in Theatre and Performance**, vol. 43, n. 2, 2024.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte. Editora da UFMG, 2010.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Editora DIFEL, 1983.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

WATSON, D.; BENOZZO, A.; FIDA, R. “Trans people in the workplace: possibilities for subverting heteronormativity”. **Work, Employment and Society**, vol. 38, n. 3, 2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 66 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima